TL6951

CNRM - FALINTIL

Ex.mos Senhores

Eng. João Viegas Carrascalão
Eng. Jose Luis Guterres
Pe. Francisco Fernandes
e
Dr. José Ramos-Horta

Queridos companheiros da luta!

Tenho acompanhado com sincera preocupação o evoluir do processo de preparação do Congresso a ter lugar em Lisboa no próximo mês de Março/Abril.

Eu tinha escrito ao Grupo de Macau, apoiando o desejo de contribuir de uma forma prática na construção do futuro da nossa Pátria, encorajando-o na iniciativa de pôr a funcionar os mecanismos que garantiriam um pleno funcionamento do Congresso.

Eu sei que isso criou mal-estar e as divergências, de ordem política, não ajudaram a criar um ambiente construtivo que permitiria uma preparação séria e profunda de um acto político em que todos pretendem depositar as maiores esperanças.

Esperanças, sobretudo, por um compromisso a uma plataforma política entre todos os diversos componentes da Resistência Timorense. Esperança por uma já necessária e verdadeiramente correcta atitude política para estabelecer uma estratégia comum de luta e adquirir o sentido de responsabilidade colectiva para um maior e coordenado esforço nas actividades pela libertação da pátria.

Esperanças, finalmente, de que o que se tiver conseguido tenha sido o resultado mais palpável da longamente desejada unidade nacional.

22 anos são percorridos na nossa difícil Resistência à ocupação militar da nossa pátria. Passámos, cada um de nós, pelas mais variadas experiências, pelas mais dolorosas e tristes situações, pelas mais duras e amargas condições de luta! Só a determinação de todos na defesa dos nossos direitos e só a nossa fé na certeza da vitória, puderam manter-nos firmes e decididos a ultrapassar os desafios do processo.

Hoje, é com entusiasmo que assistimos a uma evolução significativa na sociedade timorense, numa comum preocupação de encontrar um caminho para pôr termo aos sofrimentos do nosso povo.

Hoje também, e embora solidários com o povo irmão indonésio que está a enfrentar uma difícil situação económica, assistimos ao início do colapso do regime ditatorial e colonialista do general Suharto.

Hoje, as exigências da luta afiguram-se diferentes de há bem poucos meses atrás. Hoje, necessidades novas e mais actuais apresentam-se à nossa frente pedindo-nos respostas adequadas e oportunas.

Cada um de nós tem o dever de eliminar tudo quanto permaneça como obstáculo para iniciarmos um trabalho mais coordenado e colectivo, no espírito de servir o nosso povo e a nossa pátria.

É por isto tudo que vos escrevo, queridos companheiros.

O projecto inicial de preparação do Congresso está a ser trabalhado com muito entusiasmo pela equipa a quem foi entregue essa responsabilidade. É preciso, contudo, repensar a estratégia, dada a situação actual de crise politica na Indonésia. Eu desejava, se mo permitem fazê-lo, mandatar os queridos companheiros na prossecução do projecto inicial, já que este deve ser considerado apenas a continuidade do outro.

Esta representatividade, creio eu, responderá perfeitamente à conjuntura actual da luta.

O 'Congresso' poderia adoptar o termo muito mais adequado de CONVENÇÃO NACIONAL TIMORENSE.

Eu sei que muitas expectativas se ergueram em torno do Congresso, dando-lhe o carácter de "ou agora ou nunca mais" ... os timorenses conseguem algo com conteúdo político profundo, ultrapassando de uma vez para sempre as dissonâncias que eram o nosso ponto forte

nestes 22 longos anos de luta!

Fundamentalmente, a Convenção deliberará sobre:

1- uma Carta Constitucional, em que estarão definidos os fundamentos de um Estado de Direito, no nosso Timor-Leste independente.
2- a formação do Conselho Politico Nacional, na proporção de 2/3 representando o interior da pátria e 1/3 a comunidade timorense no exterior.
3- a formulação de uma orgânica de trabalho para o CNRT, que substitui o CNRM.

A Convenção também debruçará objectiva e profundamente sobre o momento actual da Resistência, pelo

- estudo e análise do estádio de desenvolvimento no campo politico-diplomático.
- estudo e análise do grau de avanço dos esforços do secretário-geral da ONU.
- estudo e análise da situação política na Ásia, no SE Asiático e na Indonésia.
- estudo e análise do estado das nossas condições de luta, em todos os aspectos, no interior da pátria.

Este previo trabalho permitirá deliberar sobre a estratégia da luta.

Há mais de 10 anos que viemos defendendo a intensificação da luta diplomática. A Frente Armada, desde a reorganização da Luta em 1981, já reconhecia que não seriamos capazes de escorraçar o poderoso inimigo. Contudo, chamou para si o importantíssimo papel de assegurar politicamente a chama da Resistência, organizando e mobilizando o nosso povo.

Seria portanto ilógico pensar-se que nós estamos a desejar ou que continuamos pretendendo dar ao campo militar a chave da solução do nosso problema. A verdade é que as Falintil devem continuar a assegurar a sua sobrevivência. Reduzidos a menos de 70 homens, actualmente, as Falintil não podem decidir por um 'cessar-fogo unilateral', quando as forças ocupacionistas continuam desencadeando operações para a sua exterminação.

O cessar-fogo deve ser produto de acordos bilaterais. No nosso caso, o anúncio de cessar-fogo unilateral por parte das Falintil só faz rir os militares indonésios, embora, no plano diplomático, possa apresentar-se como uma generosa atitude de paz (que, não passa mais do que uma declaração de suicidio ou, por outro ângulo de apreciação, uma tentativa de esconder que as Falintil já nem podem tomar iniciativas de ataque).

Eu penso que não devemos ser demasiados pacifistas quando abordamos a questão da frente armada. A frente armada não possui agora capacidade de actuar por iniciativa própria, em planos de operações ofensivas. As Falintil estão reduzidas e porque a ABRI sabe disso continua incessantemente a desencadear as suas operações contra a guerrilha.

Neste sentido, o que devemos fazer não é apelar para que as Falintil abandonem a luta armada, mas apelar para uma cessação de actividades militares em Timor-Leste e a redução das forças de ocupação, como uma prova de boa-fé de Jakarta no diálogo. Em contra-partida, nós nos comprometeremos a um total respeito pelo acordo.

Outra questão importante a ser considerada é a formulação de uma orgânica de trabalho entre os membros do Conselho Politico Nacional, destacados na frente externa. Só uma orgânica que estabeleça as tarefas, a importância das tarefas, quem responde por cada uma, quem supervisiona cada campo de actividades, que estabeleça os métodos de trabalho, de decisão, de iniciativas e de coordenação, que estabeleça prazos e reverificações, debates, correcções e melhorias, podem garantir solidez e firmeza nos nossos esforços.

É com confiança de que todos nos comprometeremos finalmente a contribuir da melhor maneira para pôr fim aos sofrimentos do nosso mil vezes querido povo, é que vos apelo a mais esta prova de maturidade politica dos dirigentes politicos timorenses.

Sucessos no trabalho!
Pátria ou Morte!
Resistir e Vencer!
A Luta continua, em todas as frentes,

Um abraço amigo e irmão,

Kay Rala Xanana Gusmão
CNRT das Falintil

Prisão de Cipinang, 26 de Janeiro de 1998.-